IMPACTOS ECONÔMICOS DOS CORTES NO PROGRAMA CASA VERDE E AMARELA

2021

Realização:

BWI • BHI • BTI • IBB • ICM
Internacional de Trabalhadores da Construção e da Madeira
www.bwint.org

FRIEDRICH EBERT STIFTUNG

Apoio:

FETRACONSPAR

CONTRICOM
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO

Elaboração:

DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 3

PRINCIPAIS CONCLUSÕES 4

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS 6

CONTEXTUALIZAÇÃO DO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO PERÍODO RECENTE 7

A QUESTÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL E OS IMPACTOS DO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL NA ECONOMIA 11

OS IMPACTOS DO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DE SUAS POLÍTICAS NO BRASIL 12

OS PRINCIPAIS ASPECTOS SETORIAIS PRÉVIOS, RELACIONADOS À CONSTRUÇÃO, SÃO OS SEGUINTES 13

ALGUMAS CONCLUSÕES 15

APRESENTAÇÃO

O estudo que você tem em mãos é resultado da necessidade de avaliar o impacto do corte no orçamento federal para o programa habitacional Casa Verde e Amarela, antigo Minha Casa Minha Vida, pelo governo de Jair Bolsonaro. De R$ 1,5 bilhão previsto no orçamento de 2021, o programa foi reduzido para R$ 27 milhões, um corte de 98%. Ou seja, estamos diante da virtual extinção do maior programa de habitação popular das últimas décadas no país.

O impacto deste corte repercute negativamente na geração de emprego direto e indireto, na geração de renda, na arrecadação fiscal, no efeito multiplicador em outros setores, e claro, no combate ao déficit habitacional que já ultrapassa os 5,9 milhões de imóveis no país. E ocorre em meio a pandemia do COVID19 que matou mais de meio milhão de brasileiros, entre outras razoes devido a impossibilidade de manter isolamento social em condições de moradia precárias e insuficientes. Quando mais precisávamos de investimentos em programas de habitação para também proteger a vida, o governo federal decreta a sua morte.

Dessa forma, o setor da construção civil perde um grande contingente de trabalhadores num momento de elevadas taxas de desemprego e de pobreza no país, com consequência em toda a cadeia de produção do setor. As grandes empresas se protegem com os recursos econômicos, influência política e capacidade de gestão para mitigar o impacto, enquanto as pequenas e médias construtoras fecham suas portas, aumentando a desindustrialização no setor e o crescimento do serviço por conta própria ou informal, sem direitos e proteção social. Os sindicatos de trabalhadores igualmente perdem associados e sua capacidade de negociação coletiva e defesa de direitos, diminui. Aumenta a pobreza e a desigualdade social.

Reconhecendo a gravidade dessa situação e após ouvir a preocupação de seus afiliados no Brasil, a Internacional de Trabalhadores da Construção e da Madeira (ICM) e a Fundação Friedrich Ebert, com apoio da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado do Paraná (FETRACONSPAR) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário (CONTRICOM), encomendaram este estudo ao Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) com o objetivo de promover ações sindicais e políticas para reverter esse quadro.

Internacional de Trabalhadores da Construção e da Madeira – ICM

Fundação Friedrich Ebert

FETRACONSPAR

CONTRICOM

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

- A **Construção civil** no **Brasil** teve uma queda de sua participação na economia brasileira de

6,3% do PIB para 3,3% entre 2010 a 2020.

Economia em baixa, investimentos públicos em infraestrutura em queda e os efeitos no setor da operação “Lava Jato” contribuíram para este cenário;

- O setor é reconhecido por ser ágil na geração de empregos, renda e arrecadação de impostos; há uma demanda considerável por seus produtos, em especial quando focado o grande déficit habitacional brasileiro; cadeia produtiva em grande parte nacionalizada. Desta forma, qualquer estratégia de recuperação econômica tem que contemplar o segmento, pela sua rápida resposta à estímulos. No entanto, nos últimos anos isto não tem sido regra;

- Além da queda dos investimentos públicos em infraestrutura, desde 2020 tem ocorrido redução drástica nos recursos para programas habitacionais focados na redução

do déficit habitacional brasileiro, que era de 5,9 milhões de domicílios em 2019, ou seja, 8% do total. O cenário de crise econômica não permite visualizar uma redução deste quadro sem programas públicas voltadas a questão;

- A média de gastos com programas habitacionais, especialmente o **Minha Casa Minha Vida** (MCMV), de 2009 a 2019, foi de

R$ 11,3 bilhões ao ano.

Para critérios de comparação, em 2021, o orçamento para o substituto do MCMV, o "**Casa Verde Amarela**", foi de

apenas R$ 27 milhões;

- Utilizando matrizes insumo-produto, atualizadas para o ano de 2018 (último disponível) o país, ao deixar de investir no segmento da construção R$ 11,3 bilhões,

deixou de gerar 365.040 ocupações, de arrecadar R$ 2,8 bilhões em impostos e impediu o crescimento do valor adicionado da economia brasileira em R$ 16,2 bilhões.

Também impediu o crescimento da massa salarial em R$ 5,7 bilhões de salários e R$ 1,2 bilhão de arrecadação da previdência social e do FGTS;

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS[1]

O segmento da Construção Civil no Brasil sempre teve destaque, tanto pelo número de trabalhadores(as) envolvidos direta e indiretamente em suas atividades, como por sua relevância econômica em relação às políticas públicas; e, também, pelo fato de o país possuir empresas de considerável visibilidade.

Dentre as atividades do setor, a relacionada ao segmento habitacional é a mais expressiva, em termos de empresas e trabalhadores envolvidos. A questão habitacional é estratégica no Brasil, país com considerável assimetria de renda; e, desta forma, o acesso da população em geral à moradia é muito diferenciado: casas construídas com as melhores técnicas de engenharia e materiais e farta infraestrutura urbana coexistem com habitações precárias, tanto em termos de materiais como de localização. Além disso, há a questão da propriedade: no Brasil existem diversas formas de "posse" de um imóvel, seja porque o mesmo carece de instrumentos mais efetivos de regularização, como também porque seu próprio uso é, muitas vezes, distinto do apregoado pela Constituição de 1988, pois a utilidade social esbarra na especulação imobiliária, que tanto afeta o preço das moradias nas cidades.

Desta forma, e alinhada a uma crise econômica sem precedentes, tem tido destaque a questão do "déficit habitacional", que já era relevante no país e que se intensificou ainda mais com o aumento do custo de vida nas cidades, consequência da crise econômica e social que o país atravessa desde 2015 (e que foi agudizada pela pandemia do novo coronavírus, a partir de 2020) e, também, do corte de recursos dos programas habitacionais, com destaque para o realizado pelo governo federal.

O objetivo deste estudo, alinhado às demandas da Internacional de trabalhadores da Construção e da Madeira - ICM (Building and Wood Workers' International) sobre o tema, é obter informações e entendimento a respeito de dois aspectos fundamentais para a discussão apresentada anteriormente: o primeiro é buscar entender os principais aspectos do déficit habitacional brasileiro; e, o outro é mensurar os impactos da redução (quase total) de recursos para políticas públicas direcionadas a atuar sobre esta questão, especialmente aquelas como "Minha Casa Minha Vida", que além da ação na questão habitacional, movimentava a economia e proporcionava geração de emprego e renda para segmentos consideráveis da população.

Sobre este tema, o estudo vai utilizar o instrumental das Matrizes Insumo-produto (MIP), desenvolvido por Leontief (1988) e que possibilita observar, de forma mais acurada, as relações intersetoriais, como uma "fotografia" da economia. Dentre as 67 atividades econômicas da MIP, a atividade que será considerada no estudo é a 4180 – Construção.

[1] Esta publicação é o resumo realizado pela ICM do estudo "CONSTRUÇÃO CIVIL NO BRASIL: PERFIL DO DÉFICIT HABITACIONAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E IMPACTOS ECONÔMICOS" Elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socieconômicos.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO PERÍODO RECENTE

Segundo informações das contas nacionais do IBGE, o setor da construção civil representava 6,3% do PIB brasileiro, em 2010, e manteve este patamar até o ano de 2014. A partir de 2015, no entanto, o setor tem apresentado queda em sua participação na economia, com registro de taxas de variação negativas (Gráfico 1). Dentre os principais motivos da queda do setor, pode-se destacar:

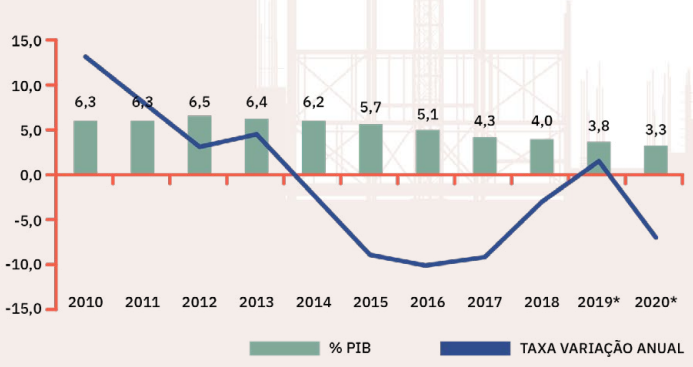
- A "Tempestade Perfeita" ocorrida no setor da Construção Civil, consequência da política fiscal recessiva adotada a partir de 2015, que cortou sobremaneira os recursos, para o setor, do Programa de Aceleração do Investimento (PAC) e do MCMV; e, ainda, dos efeitos da operação "Lava Jato"4, que, por sua vez, colocou as empresas em um "limbo" jurídico no qual, como investigadas, passaram a ter dificuldades para obter novas obras, financiamentos e capital de giro e, também para finalizar as que estavam em andamento.

- A recessão econômica no biênio 2015/2016 e a fraca recuperação posterior, além de impedir a recuperação fiscal e a retomada de investimentos públicos do PAC e do MCMV, ainda deteriorou o mercado de trabalho, pois gerou restrição adicional pela queda na renda e pelo aumento na instabilidade dos vínculos; ou seja, inviabilizou o aumento do número de financiamentos imobiliários. A insistência em uma política fiscal recessiva, desde o citado período, tem prejudicado consideravelmente os investimentos públicos no setor, tanto no segmento habitacional como no de infraestrutura.

- A política monetária com juros altos, até meados de 2019, gerava maior custo financeiro no carregamento de juros derivados de contratos. Houve uma posterior redução nos juros que ajudou o segmento da construção civil habitacional, com foco na classe média e alta. O recente aumento deve ser observado com atenção em seus efeitos. No período da pandemia houve alguma recuperação no segmento, também, devido aos efeitos do auxílio emergencial, mas com o fim do benefício e a posterior redução nos valores, esta retomada foi enfraquecida.

- O aumento dos custos dos materiais de construção - dados do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI5 apontam crescimento ininterrupto do custo médio real de construção do metro quadrado desde o segundo semestre de 2013, com uma aceleração expressiva da velocidade desta alta a partir de meados de 2020, fruto tanto do aumento de preços de insumos como o aço, como do repasse de custos cambiais e outros "choques", o que encareceu ainda mais os custos da construção no Brasil.

Gráfico 1 - Participação do setor da Construção Civil no PIB, e taxa de variação anual, Brasil, 2010 a 2020, em % ao ano.



Fonte: Sistema de Contas Nacionais - IBGE
Elaboração: DIEESE
Nota: * Resultados calculados a partir das Contas Nacionais trimestrais

Em relação ao mercado de trabalho do setor da Construção Civil, conforme pode ser observado na Tabela 1, a distribuição anual, no período de 2012 a 2019, teve uma queda no volume de ocupados(as), que foi mais pronunciada a partir do ano de 2015, ainda que se tenha registrado algum movimento de alta entre 2018 e 2019. No entanto, deve ser observada, com destaque maior, a composição em relação à posição na ocupação: houve queda expressiva dos ocupados como assalariados formais e aumento dos ocupados como assalariados informais e principalmente como Conta Própria; o que indica que, além da queda, ocorreu uma deterioração na qualidade dos vínculos.

Tabela 1 - Distribuição dos ocupados(as) na Construção Civil por posição na ocupação, Brasil, 2012 a 2019

Posição na ocupação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Assalariado formal	32,5%	33,3%	31,7%	29,2%	27,6%	24,2%	22,6%	22,4%
Assalariado informal	18,7%	18,1%	17,4%	16,6%	18,2%	19,1%	20,1%	19,9%
Empregador	4,4%	4,3%	3,9%	4,2%	4,5%	5,0%	5,7%	4,8%
Conta Própria	43,9%	44,0%	46,7%	49,4%	49,3%	51,2%	51,1%	52,4%
Trabalhador familiar auxiliar	0,5%	0,3%	0,3%	0,5%	0,4%	0,5%	0,5%	0,4%
Total Trabalhadores (nº)	7.486.777	7.956.370	7.734.022	7.624.235	7.398.424	7.012.674	6.735.349	6.822.861

Fonte: Microdados PNAD Contínua Anual (1ª visita)
Elaboração: DIEESE

Este comportamento do mercado de trabalho reflete o desempenho setorial e os seus gastos no período recente. No foco de análise do presente trabalho, que é o segmento habitacional, houve queda considerável nos gastos em políticas públicas: no ano de 2021, pelo menos até agosto, foram destinados apenas R$ 27 milhões de reais para programas habitacionais focados na redução do déficit habitacional, contra uma média de R$ 11,8 bilhões, até 2019. Além disso, por motivações políticas e econômicas, o governo federal lançou, ainda no ano de 2020, um programa chamado do "Casa Verde e Amarela", que visa recolocar a política habitacional, consolidada no MCMV, sob outra perspectiva e passar a ser a principal ação pública sobre o tema. Dentre as principais diferenças de um programa para o outro, destaca-se:

- Em primeiro lugar, com o fim do Conselho Nacional das Cidades, por decreto, em 2019, atores relevantes da discussão sobre a questão habitacional no país, como universidades e entidades da sociedade civil em geral não foram levados em consideração; o debate ficou resumido a agentes do setor privado, como empresas e entidades patronais.

- Antes o foco era a construção de novos empreendimentos, agora foi acrescentado a ele, a regularização fundiária, obras de melhoria e outros tipos de intervenção, como a ampliação de imóveis. Se por um lado essa mudança é interessante porque possibilita a regularização de áreas e mantém a infraestrutura urbana próxima destas pessoas; por outro lado, haverá impactos econômicos multiplicadores menores, tanto no emprego como na economia. Além disso, é preciso dar atenção aos indicadores quantitativos da política, já que ao invés de unidades efetivamente entregues, uma "simples pintura" pode ser classificada como obra do programa sem qualquer melhoria na condição da moradia.

- Ainda sobre o ponto anterior, é necessário considerar a questão da regularização de imóveis, especialmente daqueles em situação precária: a regularização por interesse social deixa de ser exclusiva do poder público (que, ao menos em tese, estaria imune às questões mercadológicas) e passa a ser discricionária segundo o interesse do poder público local, o que abre espaço para que a regularização desses espaços seja realizada pela iniciativa privada (caso tenha interesse nestas áreas) e não por seus moradores originais, e pode inclusive expropriá-los.

- A grande mudança, no entanto, é que deixa de existir a chamada "Faixa 1" do programa MCMV, com renda familiar de até R$ 1,8 mil, para a qual as parcelas eram limitadas a R$ 270 e não incidia juros para a aquisição de seus imóveis; exatamente o grupo que concentra grande parte do déficit habitacional do país. Estas pessoas estão contempladas, atualmente, no chamado "Grupo 1", com até R$ 2 mil de renda familiar, mas, agora, com juros a partir de 4,25% ao ano, que pode chegar até a 5,25% (para não cotistas do FGTS).

- Existe espaço para a retomada de imóveis por dívida e inadimplência, inclusive os da antiga Faixa 1, com alteração da lei no 11.977/2009.

- As demais faixas mantiveram suas condições relativamente semelhantes. Na verdade, o programa "Casa Verde Amarela" nada mais é do que o MCMV com a extinção dos benefícios da antiga faixa 1.

Para observação do tamanho dos programas habitacionais, em termos de número de unidades habitacionais produzidas e entregues, os dados do programa MCMV indicam que houve a entrega de mais de 5,1 milhões de unidades habitacionais entre os anos de 2009 e setembro de 2020. Na chamada "Faixa 2" (famílias com renda mensal de até R$ 4 mil reais), ocorreu a maior concentração de unidades entregues, e de valores contratados; foi seguida da Faixa 1 e da 3.

Tabela 2 - Contratações e entregas do PMCMV de 2009 a setembro de 2020, por faixas

Faixas	Contratações (unidades)	Entregas (unidades)	Valor Contratado (R$ bilhões)
Faixa 1*	1.910.546	1.493.180	97,4
Faixa 1,5	150.127	150.127	18,4
Faixa 2	3.108.378	3.108.378	357,8
Faixa 3	363.349	363.349	57,3
Em produção/estoque	608.595	0	21,9
TOTAL	**6.140.995**	**5.115.034**	**552,8**

Fonte: Ministério da Economia
Nota: * Unidades contratadas no PMCMV rural estão contabilizadas na Faixa 1 (215 mil)

É importante destacar que, apesar de ser um programa habitacional, não tinha como foco exclusivo o combate ao déficit habitacional. Conforme será abordado no próximo item, o que ocorreu é que muitas pessoas contempladas pelo programa não pertenciam ao conjunto de famílias que se encontrava no grupo do déficit. Ou seja, o programa tinha como foco proporcionar condições de aquisição de imóvel próprio para um contingente considerável de pessoas, mas não necessariamente todos os contemplados viviam em condições consideradas precárias. Isto nos ajuda entender o comportamento do déficit habitacional, assim como a importância econômica da retomada de políticas mais ativas para o setor.

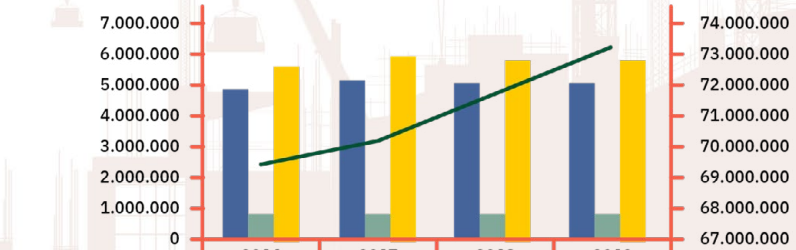
A QUESTÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL E OS IMPACTOS DO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL NA ECONOMIA

Para um país caracterizado por possuir uma das piores distribuições de renda do mundo com um mercado de trabalho precário (com baixo tempo de permanência no trabalho formal), que dificulta a aquisição de bens de maior valor, com juros altos em comparação a outros países do mundo, além de um processo de especulação imobiliária que promove aumentos cada vez maiores nos preços dos imóveis, não poderia ser diferente, é expressivo o número de pessoas que necessita de melhores moradias, dada a condição precária em que vivem.

Dito de outra forma, basicamente o que se considera como moradias com "Déficit Habitacional" são aquelas constituídas de materiais impróprios e/ou improvisados; nas quais há excesso de pessoas que coabitam ou poucos cômodos para muitas pessoas; e, com elas as famílias comprometem gasto excessivo com aluguel, ou seja, 30% ou mais de sua renda bruta.

Os dados sobre o tema, para os anos de 2016 a 2019, indicam uma relativa estabilidade no tamanho deste déficit, entre 5,8 e 6,0 milhões, com um aumento entre 2016 e 2017, diante de um número total de 73,2 milhões de domicílios em 2019. A representatividade deste déficit habitacional, em relação ao total de domicílios permanentes no país foi de 8,0% em 2019 (Gráfico 2 e tabela 4). Os dados por ano, assim como a divisão entre urbano e rural, podem ser observados a seguir:

Gráfico 2 - Déficit Habitacional, em números absolutos, urbano, rural e total, e total de domicílios, Brasil, 2016 a 2019



	2016	2017	2018	2019
Urbano	4.849.195	5.157.195	5.060.354	5.044.322
Rural	808.054	813.468	809.688	832.377
Déficit habitacional	5.657.249	5.970.663	5.870.041	5.876.699
Total domicílios	69.435.116	70.160.105	71.726.960	73.180.464

Fonte: PNAD Contínua e CadÚnico
Elaboração: *Fundação João Pinheiro

Os problemas habitacionais são reflexo da questão social do Brasil, especialmente quando é observada a população de menor renda, composta, em sua maioria absoluta, por famílias que estão enquadradas dentro do déficit habitacional. Não raro, muitas famílias, impossibilitadas de manter uma habitação não precária, acabam forçadas a residir em locais sem qualquer condição para tal. A compreensão desta dinâmica, além de propiciar o conhecimento das famílias mais fragilizadas na questão habitacional, ilustra como é problemático o corte de recursos nos programas habitacionais para estas famílias, pertencentes à antiga "Faixa 1" do MCMV. Infelizmente não são muitas as pesquisas disponíveis que relacionam a questão das condições de vida com os movimentos de ocupação habitacional, uma das principais saídas para as pessoas expostas às questões de empobrecimento e aumento dos custos de moradia, como tem sido visto nos últimos anos.

OS IMPACTOS DO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DE SUAS POLÍTICAS NO BRASIL

A importância do setor da construção civil, na economia brasileira, pode ser observada tanto por seu peso no PIB quanto pelo contingente de ocupados. Conforme visto anteriormente, o setor, que já esteve próximo de 7% do PIB, em 2012, caiu para 3,3%, em 2020; o mesmo ocorreu com o número de ocupados, que se aproximou de 8 milhões, em 2013, e diminuiu para 6,4 milhões, em meados de 2021.

Como já foi debatido, a "Tempestade perfeita" no setor, a partir de 2014, assim como a queda expressiva dos investimentos em infraestrutura e demais programas habitacionais não compensada por alguma reação do segmento em 2020, causou efeitos não desprezíveis em uma área na qual o país possuía grande know-how.

Diante de uma queda expressiva do segmento, nos últimos anos, a primeira questão que se coloca é se investimentos no setor seriam adequados, diante de uma restrição fiscal relevante (que, saliente-se, já ocorria antes da pandemia), para estimular o emprego e a renda.

Os principais aspectos setoriais prévios, relacionados à construção, são os seguintes:

- Setor de ágil resposta no emprego, renda e arrecadação de impostos: os gastos em construção costumam responder rapidamente, ou seja, dão retorno mais célere que outros setores, como a indústria de transformação, na geração de emprego e renda mediante um gasto;

- Há demanda para produtos do segmento: o país possui (conforme já visto anteriormente) déficits habitacionais expressivos, ainda maiores se considerados aspectos como a infraestrutura sanitária e outros. Também há gargalos logísticos e de infraestrutura importantes, nos quais o segmento é parte fundamental para a solução;

- Cadeia organizada e nacionalizada: constituída de muitos produtos non tradables; a maior parte dos insumos da cadeia de produção do setor da construção possui nacionalização acima da média brasileira, articulada em torno de segmentos do comércio, consultorias, construtoras propriamente ditas, indústrias de matérias- primas9, entre outros.

- Para o ano de 2018, a partir dos dados da Matriz Insumo Produto, o efeito multiplicador, como demandante ou demandado do setor da construção civil, com os efeitos diretos e indiretos (MP I) era de 24,2% para os efeitos diretos e de 75,8% para os efeitos indiretos, contra uma média na economia brasileira de efeitos diretos e indiretos de 23,7% e 76,3% como demandante e de 19,3% e 80,7% como demandado.

Ao considerar os multiplicadores de impacto do setor da construção no emprego, no valor adicionado, na arrecadação de impostos, nos salários e na arrecadação de contribuições, como previdência pública e FGTS, cada milhão de reais de aumento na demanda final do setor gera 32,4 ocupações. Agora, ao considerar tanto os efeitos diretos e indiretos (MP I) como aqueles induzidos pelo Efeito Renda (Multiplicadores do tipo II), 20,2 ocupações seriam criadas direta e indiretamente e 12,2, através do efeito espiral da renda no restante da economia. O mesmo raciocínio pode ser observado para os demais itens10; por exemplo, o aumento de 1 milhão de reais na demanda final do setor significa uma arrecadação de R$ 0,25 milhão, ou R$ 250 mil reais, se forem considerados todos os efeitos, e assim sucessivamente.

Tabela 3 - Impactos do gasto de R$ 1 milhão no setor de construção civil na economia brasileira, 2018*

Coeficientes	Diretor+Indireto (MP I)	Induzido (MP II)	TOTAL
Ocupações (número)	20,21	12,18	32,38
Valor Adicionado (R$ milhão)	0,79	0,65	1,44
Impostos - TOTAL (R$ milhão)	0,13	0,12	0,25
Salários (R$ milhão)	0,29	0,22	0,51
Previdência Pública + FGTS (R$ milhão)	0,07	0,05	0,11

Fonte: Elaboração DIEESE a partir de matrizes obtidas de Passoni & Freitas (2020) e de Miyazawa (1976)

Nota: * Dados das nacionais sujeitos à revisão

Quando se considera a MIP de 2018, a aplicação de R$ 27 milhões11, valor destinado aos programas habitacionais pelo governo, como "choque" (input) na demanda final do setor da construção, os seguintes resultados são gerados:

A aplicação dos recursos destinados a programas habitacionais do governo Bolsonaro, de R$ 27 milhões, tem potencial de geração de até 874 ocupações, quando se considera tanto os efeitos diretos e indiretos como os induzidos; pode adicionar pouco mais de R$ 38,85 milhões na economia, arrecadar R$ 6,72 milhões em impostos, acrescentar até R$ 13,75 milhões em salários e aumentar a arrecadação da previdência social e do FGTS em R$ 3,04 milhões.

Para comparação será utilizada a média anual de gastos com programas habitacionais de 2009 a 2018, ou seja, R$ 11,3 bilhões. Se este valor fosse aplicado na demanda final da MIP de 2018, haveria o potencial de geração de até 365,9 mil ocupações, o aumento no valor adicionado de até R$ 16,3 bilhões, um possível incremento na arrecadação de impostos de até R$ 2,8 bilhões e de mais de R$ 5,7 bilhões de massa salarial, além da possibilidade de aumento da arrecadação da previdência social e do FGTS de quase R$ 1,3 bilhão, conforme pode ser observado na Tabela 9. As diferenças, como não poderiam deixar de ser, dada as grandezas dos valores, são substanciais.

Tabela 4 - Potenciais impactos do gasto de R$ 11.300 milhões e 27 milhões na demanda final no setor da construção civil na economia brasileira.

	R$ 11.300 milhões (A)	R$ 27 milhões (B)	Diferença (A-B)
Ocupações (número)	365.914,00	874,00	365.040,00
Valor Adicionado (R$ milhão)	16.258,69	38,83	16.219,86
Impostos - TOTAL (R$ milhão)	2.810,68	6,72	2.803,96
Salários (R$ milhão)	5.753,05	13,75	5.739,30
Previdência Pública + FGTS (R$ milhão)	1.273,64	3,04	1.270,60

Fonte: Elaboração DIEESE a partir de matrizes obtidas de Passoni & Freitas (2020) e de Miyazawa (1976)
Nota: * Dados das nacionais sujeitos à revisão

Conforme pode ser visto anteriormente, os efeitos na atividade econômica do "choque" na demanda final do setor da construção civil, como, por exemplo, a manutenção do gasto médio anual do MCMV, ficariam, em boa parte, no próprio setor, ou seja, parte considerável dos efeitos permaneceria restrita a ele. Isto ocorre porque, como já foi salientado previamente, trata-se de um setor com perfil mais de demandante do que de demandado, o que faz com que os seus impactos diretos e indiretos sejam mais restritos.

Mesmo assim, o setor da Construção, além de possuir considerável índice de difusão em outras atividades, tem um potencial de geração de ocupações, valor adicionado e incremento na massa salarial significativo, o que dinamiza outros setores de forma expressiva. Qualquer política que o afete negativamente, causa efeitos não somente nele, mas em um grande número de atividades econômicas. Desta forma, não só é necessário, mas é desejável que haja estímulos ao setor, como forma de políticas fiscais anticíclicas, já que o mesmo possui impacto relevante na economia e na geração de empregos de forma rápida e efetiva, além de atuar sobre dois dos maiores problemas do país: o elevado déficit habitacional e a infraestrutura urbana e logística.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Neste estudo, pode-se observar a importância do setor da construção para a economia brasileira, especialmente quando se considera toda sua cadeia produtiva. Trata- se de uma atividade com difusão setorial considerável, know-how e grande contingente de pessoas envolvidos, especialmente trabalhadores e trabalhadoras. Além disso, atua sobre dois aspectos fundamentais: a habitação e a infraestrutura. Porém, uma série de fatores, que impôs uma "tempestade perfeita" ao segmento, o tem desafiado constantemente, além de ter promovido a queda de sua participação do PIB.

Por outro lado, apesar do reconhecimento da importância fundamental do segmento de infraestrutura, o foco do trabalho foi o segmento habitacional, mais especificamente a questão relacionada às políticas públicas e ao déficit habitacional. E o cenário não é promissor: além da queda expressiva do gasto do governo federal com políticas habitacionais, ainda há a perspectiva de deterioração da questão, dado o empobrecimento da população e o aumento do custo da moradia.

Dados sobre o déficit habitacional apontam que, em 2019 (último ano disponível até a publicação deste estudo), ele era de 5,877 milhões, 8,0% do total dos domicílios permanentes no Brasil. Mesmo com políticas como o Minha Casa Minha Vida, que tinham como prioridade a diminuição deste déficit, sua redução de 2016 a 2019 foi de certa forma discreta, o que mostra o desafio de atuar sobre uma questão com este relevo frente a um cenário de empobrecimento da população e de cortes fiscais. E se for considerada a inadequação de aspectos externos à moradia, como infraestrutura urbana, entre outros, o déficit seria muito maior e atingiria quase 25 milhões. A demanda para o setor é muito grande e os recursos públicos cada vez mais escassos.

O programa "Casa Verde Amarela", lançado em 2020, herdou a maior parte da estrutura e dos pressupostos do MCMV, mas encerrou completamente os subsídios para a "Faixa 1", o que atingiu a população de menor renda familiar e a mais representativa dentro do déficit habitacional. Além disso, frente à média histórica de recursos destinada ao programa, de R$ 11,3 bilhões ao ano, o gasto de apenas R$ 27 milhões para esta nova versão do MCMV praticamente o encerra.

Dada a conjuntura econômica extremamente difícil do Brasil, na qual não existe qualquer estratégia de desenvolvimento para o pós-pandemia, dois problemas se colocam para o tema: a perda de oportunidade de execução de políticas anticíclicas por parte do governo no setor da construção, que geraria postos de trabalho de forma rápida, com importantes encadeamentos setoriais e que atuariam sobre questões estratégicas para o país (infraestrutura e habitação); e, o crescente empobrecimento da população brasileira, que certamente impactará negativamente nos indicadores de déficit habitacional e na ausência de adequabilidade de moradias, o que por sua vez exigirá investimentos posteriores ainda maiores para a resolução do problema.

Na realização de simulações a partir da MIP para o ano de 2018, a última disponível, com um choque na demanda final (input) de R$ 11,3 bilhões (a média anual de gastos do MCMV) na economia brasileira, o potencial de geração de ocupações seria de até 365.914 postos de trabalho, importante contribuição para a redução do desemprego. Também poderia aumentar a arrecadação de impostos em até R$ 2,8 bilhões, o valor adicionado (VA) em até R$ 16,3 bilhões, a massa salarial em até R$ 5,8 bilhões e a arrecadação da previdência e do FGTS em até R$ 1,3 bilhão; e, ainda haveria a dinamização não somente do setor da construção, mas de inúmeros outros, como fornecedores, comércio, serviços financeiros, de consultoria, entre outros. Números não desprezíveis para uma economia em evidente deterioração, já anterior à pandemia, mas, com fragilidades exacerbadas por ela.

Versão elaborada pela ICM com base no estudo “Impactos Econômicos do Corte do Programa Casa Verde Amarela”.

Sede Global:
54, Route Acacias 1227 Corouge / GE local A, Switzerland
Tel: +41-22 827 3777 – Fax: +41-22 827 3770

Escritório Regional:
Ciudad del Saber – Edifício n.º 238
Local A, Piso 1 – Panamá, República do Panamá
Tel. +507 317 12 70 – Fax: +507 317 00 89

Escritório de Projetos:
Rua Roberto Simonsen, 120, Sobreloja 509, Centro
São Paulo – SP – CEP: 01017-020
Tel. +55 11 3104 5037
E-mail: icm@bwint.org

BWI • BHI • BTI • IBB • ICM
Internacional de Trabalhadores da Construção e da Madeira
www.bwint.org

@bwiglobalunion

www.**bwint.org**